

ATA

Aos 27 de Novembro de 2024, na sala de reuniões da Câmara Municipal de Cuba, sob a presidência do Senhor Presidente da Câmara, João Manuel Casaca Português, realizou-se a octogésima segunda reunião Ordinária deste Órgão Executivo, com a participação dos Senhores Vereadores Filipe Domingos Candeias Chora, Jorge Manuel Rolim Caixeiro, Sandra Manuela Figueira Heleno Serrano e Hugo Miguel das Dores Soudo.

Participou também nos trabalhos o Chefe da Divisão de Ambiente, Ordenamento, Desenvolvimento e Sociedade, Vítor Manuel Parreira Fialho, a quem incumbe a função de prestar os esclarecimentos julgados necessários sobre os assuntos submetidos a deliberação e a Chefe da DAFC Carmen das Dores da Silva Arrojado Estrela para apresentação técnica do Orçamento e Gop's de 2025

Esteve também presente o Coordenador Técnico José Francisco Ribeiro Roque, trabalhador designado para secretariar as reuniões do Órgão Executivo Colegial.

A reunião teve início às 9:30, depois dos membros da Câmara em cima enunciados terem tomado os seus lugares e se verificar existir quórum.

A) Período antes da ordem do dia

B) Balancete de tesouraria

Processo 4089/2024. Resumos de tesouraria

Factos e fundamentos legais:

Resumo diário de tesouraria referente a 26/11/2024 : € 202 665,71

Resolução:

A Câmara tomou conhecimento.

C) Ordem do dia

Processo 4028/2024. Proposta_Estrutura_Tarifaria_2025-Agua_Residuos

Favorável

Tipo de votação: Unanimidade

Factos e fundamentos legais:



1. 1 - Estrutura tarifária para 2025 no que concerne a água para abastecimento humano, águas residuais e resíduos sólidos urbanos.

1.2 - Apreciação e votação da temática ao abrigo das competências próprias do órgão executivo colegial consignadas no art.º 33.º n.º 1 al. e) da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual, que a legitima a “Fixar os preços da prestação de serviços ao público pelos serviços municipais ou municipalizados, sem prejuízo, quando for caso disso, das competências legais das entidades reguladoras”

Resolução:

A Câmara, por unanimidade, deliberou:

1.º . Tomar conhecimento do teor do Parecer n.º I - 001423/2024, emitido pela ERSAR em 31.10.2024;

2.º - Ao abrigo das competências próprias do órgão executivo colegial consignadas no art.º 33.º n.º 1 al. e) da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual, que a legitima a “fixar os preços da prestação de serviços ao público pelos serviços municipais ou municipalizados, sem prejuízo, quando for caso disso, das competências legais das entidades reguladoras”, aprovar a proposta de tarifário de águas, águas residuais e resíduos sólidos urbanos para o ano de 2025 apresentada pelo Sr. Presidente da Câmara nos moldes nela detalhados, que foi elaborada após ser conhecedor da posição da entidade que presta apoio à autarquia nesta temática, a empresa POCALENTEJO, bem como das recomendações emanadas pela ERSAR no documento mencionado em 1.º

Processo 3974/2024. Proposta_Mapa de pessoal_2025

Favorável

Tipo de votação: Por maioria

A favor: 3, Contra: 0, Abstenções: 2, Ausentes: 0

Factos e fundamentos legais:

À semelhança dos anos anteriores, junto ao orçamento municipal para o ano civil seguinte, deve proceder-se à aprovação do Mapa de pessoal, que espelha as necessidades de recursos humanos para esse mesmo período, de acordo com as atividades de natureza permanente ou temporária que o órgão executivo pretenda desenvolver.

O órgão deliberativo pronuncia-se sobre a aprovação do mapa de pessoal, de acordo com o planeamento delineado e aprovado pela câmara municipal.

A proposta de mapa de pessoal, aproximará o mais possível à realidade local, identificando o número e o perfil dos recursos humanos necessários para assegurar a missão e as atividades municipais previstas no Regulamento de Organização dos Serviços Municipais.

Legislação aplicável A Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, que aprova a Lei Geral do trabalho em Funções Públicas (LTFP), na sua redação atual, regula os vínculos de trabalho em funções públicas. Da aplicação dos preceitos legais, resulta o Mapa de Pessoal do ano 2025, em que consta Unidades Orgânicas/Subunidades ou Serviços/áreas de atividade, cargos, carreiras/categorias, formação académica no caso dos detentores de carreira



técnica superior, número de postos de trabalho existentes, ocupados, vagos, relação jurídica de emprego público, bem como as observações que se julgarem oportunas para melhor compreensão do que se encontra explanado no respetivo mapa.

Face ao atrás exposto, em caso de concordância superior, sou a propor:

- Por força das competências que são cometidas ao presidente do órgão executivo do município pela alínea o) do n.º 1 do art. 35.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual, no que concerne ao estabelecimento e distribuição da ordem do dia das reuniões desse mesmo órgão, deve a presente Informação ser remetida à próxima reunião da câmara municipal, para que nela possa ser deliberado submeter a aprovação o seguinte:

- Ao abrigo das competências previstas na alínea o) do n.º 1, art. 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, propor à Assembleia Municipal que este órgão, ao abrigo das competências que lhe são cometidas pelo n.º 4 do art. 29.º da Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, aprove o mapa de pessoal para o ano de 2025, em anexo.

Resolução:

A Câmara, por maioria, com a abstenção dos Vereadores do PS, ao abrigo das competências previstas na alínea o) do n.º 1, art. 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, deliberou propor à Assembleia Municipal que este órgão, ao abrigo das competências que lhe são cometidas pelo n.º 4 do art. 29.º da Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, aprove o mapa de pessoal para o ano de 2025.

Processo 4025/2024. Proposta_Orçamento_GOP's_AMR_2025	
Favorável	Tipo de votação: Por maioria
	A favor: 3, Contra: 2, Abstenções: 0, Ausentes: 0

Factos e fundamentos legais:

De acordo com o enumerado no Dec. -Lei nº 192/2015, de 11 de Setembro, alterado pelos decretos - lei nº 85/2016 e 33/2018, de 21 de Dezembro e 15 de Maio, as autarquias locais deverão preparar um conjunto de documentos previsionais devidamente articulados:

A NCP 26 (norma da contabilidade pública) - Contabilidade e relato orçamental, prevê as demonstrações previsionais, nomeadamente:

1- Orçamento enquadrado num Plano Orçamental Plurianual;

2-Plano Plurianual de Investimentos (PPI) e Atividades Mais Relevantes (AMR), nos termos da alínea e) do n.º 1 do art.º 46.º do RFALEI (Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, na sua redação atual).

A RFALEI, enumera além das GOP'S, outros documentos previsionais, nomeadamente o Quadro Plurianual de Programação Orçamental e Quadro de Médio Prazo das Autarquias Locais.



Face ao atrás exposto, somos a concluir:

- Por força das competências que são cometidas ao presidente do órgão executivo do município pela alínea o) do n.º 1 do art. 35.º da Lei n.º 75/13, de 12 de Setembro, na sua redação atual, no que concerne ao estabelecimento e distribuição da ordem do dia das reuniões desse mesmo órgão, deve a presente pedido e respetiva informação serem remetido à reunião extraordinária da câmara municipal que terá lugar no próximo dia 27 de Novembro de 2024, para que nela possa ser deliberado submeter a aprovação o seguinte:

1.º - Propõe-se que a Câmara delibere aprovar os Documentos Previsionais para o ano económico de 2025, ao abrigo das competências que lhe são cometidas pela alínea c) do n.º 1 do art. 33.º da Lei n.º 75/13, de 12 de Setembro, na sua redação atual;

2.º - Por outro lado, e em caso de aprovação pela Câmara, depois de aprovado determina remeter o referido documento para aprovação pelo órgão deliberativo (Assembleia Municipal) para que, este ao abrigo das competências que lhe são cometidas pela alínea a) do n.º 1 do art. 25.º do mesmo normativo legal proceda à respetiva aprovação;

3º - De acordo com o enumerado no art.º 45.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de Setembro, o órgão executivo apresenta ao órgão deliberativo, até 30 de novembro de cada ano, a proposta de orçamento municipal para o ano económico seguinte.

Resolução:

Os Vereadores do PS deixaram a seguinte declaração :

“Análise ao Orçamento 2025”

Desde que iniciámos funções que temos sido bastante claros quanto à nossa forma de atuação, onde o nosso único objetivo é ajudar a fazer crescer o concelho de Cuba. São para nós secundários os interesses políticos e pessoais, em primeiro lugar estará sempre o Concelho de Cuba e os nossos Municípes.

Relativamente ao orçamento para 2025, sendo este o último orçamento do atual executivo, esperávamos que fosse um orçamento a caminhar no sentido do “Equilíbrio das contas do Município”, pois ao longo dos últimos anos, para além de toda a conjuntura do País e do Mundo, muitas vezes falada como justificativa para um agravar da situação, foram tomadas decisões que quanto a nós podem colocar em causa a possibilidade de investimentos futuros e a governabilidade do concelho.

O atual executivo optou por deixar de cumprir com as suas obrigações, como por exemplo de pagar a fornecedores no tempo adequado, acabando em alguns casos por ter de pagar juros para liquidar as dividas, em alguns casos, para poder apresentar obra, na nossa ótica, opções de má gestão.



Também a prática recorrente a novos empréstimos bancários, gerando um acréscimo de juros e encargos desnecessários com esses empréstimos contratualizados, para nós um tipo de gestão na qual não nos revemos.

Conforme tem sido apresentado pelo departamento financeiro:

- Existem pagamentos em atraso;
- O Município encontra-se em desequilíbrio orçamental.

Em resumo, na nossa opinião as prioridades para o ano 2025 deveriam ser o “Equilíbrio das contas do Município”.

É um facto que foram feitas várias obras no concelho, mas também é um facto que muitas delas apresentaram um valor superior ao estimado e que o Município se encontra bastante endividado. Então, as perguntas que deixamos são:

Temos um Município Governável?

Quais são as medidas concretas para a fixação dos jovens?

Quais são as medidas concretas para a fixação e atração de novas empresas, que criem postos de trabalho e que contribuam realmente para o desenvolvimento do concelho?

Entendemos que um aumento de empresas, que criem postos de trabalho, será parte crucial para o futuro do nosso Concelho. Só assim é possível atrair jovens, desenvolver e tornar sustentável o Concelho de Cuba, mas o atual executivo prefere manter as taxas de derrama e de IRS no máximo, tornando o concelho pouco atrativo a nível empresarial, pontos que ao longo do mandato temos criticado.

Por todos estes fatos descritos, e porque não nos revemos no Orçamento apresentado, o nosso voto é contra!

O Sr. Presidente da Câmara respondeu:

“Relativamente ao orçamento equilibrado entendemos que deve existir investimento permanente no concelho.

O município está endividado como estava quando nós chegámos à autarquia.

Os valores em dívida são praticamente os mesmos e, como não temos capitais próprios, temos de recorrer na maior parte dos casos a alguns empréstimos, mas deparámo-nos nesta caminhada com situações atípicas como foi o caso da Pandemia, a falência de empreiteiros, a guerra na Europa e a maior taxa de inflação dos últimos 30 anos. No entanto há obra feita, há projetos no terreno e optámos por investir, contrariamente à posição crítica dos vereadores que entendem que as verbas deveriam servir para equilibrar as contas do município.

O pagamento em atraso a fornecedores deve-se aos valores exorbitantes do aumento dos materiais, o que de certa forma dificultou a gestão da tesouraria. Obras inicialmente previstas para um determinado valor levaram, fruto destas circunstâncias já conhecidas e



enumeradas a um aumento que à partida não se esperava, mas nunca em momento algum deixámos de cumprir as nossas obrigações.

Quanto à governabilidade do município afirmou que o município está governável e no final do mandato as contas estarão praticamente equilibradas e a tesouraria estável.

Disse ainda: temos também uma capacidade de endividamento de mais de 2,5 milhões de euros e aplicámos ao longo dos últimos 4 anos um investimento de mais de 7,5 milhões de euros e, na última década 12,5 milhões de euros o que diz bem do dinamismo do concelho em termos de projetos e obra feita e há diversos fatores que provam que o concelho está a evoluir só que as coisas não se veem logo no momento

Sobre a Derrama e o IRS discorda da posição dos vereadores do PS porque, contrariamente ao que dizem, aumentou o numero de habitantes, aumentou o número de empresas no concelho e diminuiu a taxa de desemprego. Referiu a título de exemplo que de todas as escolas do distrito a que aumentou o número de alunos foi a do agrupamento de escolas de Cuba, contrariando a tendência do distrito.

Como nota final disse que este é o maior orçamento da história do Município.

Mais uma vez marca a diferença de visões entre quem quer apenas gerir administrativamente a autarquia e quem realiza investimento contribuindo para o desenvolvimento do concelho.

Terminou dizendo: “Mente de tostões não gera milhões”

A Câmara, por maioria, com os votos contra dos Vereadores do PS, deliberou:

1.º - Aprovar os Documentos Previsionais para o ano económico de 2025, ao abrigo das competências que lhe são cometidas pela alínea c) do n.º 1 do art.º 33.º da Lei n.º 75/13, de 12 de Setembro, na sua redação atual;

2.º - Remeter o referido documento para aprovação pelo órgão deliberativo (Assembleia Municipal) para que, este ao abrigo das competências que lhe são cometidas pela alínea a) do n.º 1 do art.º 25.º do mesmo normativo legal proceda à respetiva aprovação;

3º - Apresentar ao órgão deliberativo, até 30 de novembro, a proposta de orçamento municipal para o ano económico seguinte.

Processo 1522/2024. Retificação_pagamentos_TAI's

Favorável

Tipo de votação: Unanimidade

Factos e fundamentos legais:

Para enquadramento da proposta de revogação/correção da deliberação de 24/07, trazemos a colação o Decreto-Lei 162/79, de 30 de Maio:

“Por imperativo da Lei 69/78, de 3 de Novembro, reguladora das operações do recenseamento eleitoral, terão lugar anualmente, durante o mês de Maio, as operações



tendentes à actualização do mesmo recenseamento, prosseguindo-se assim um dos seus princípios gerais, qual seja o da sua actualidade.

Se bem que em menor grau do que as originadas com a sua execução de base, as actualizações do recenseamento eleitoral implicam, necessariamente, a realização de despesas quer a nível central, quer a nível local.

E dispõe a referida lei que as despesas realizadas a nível local são satisfeitas por verbas inscritas no orçamento das autarquias locais por transferência do Orçamento Geral do Estado, não estabelecendo, porém, o aludido diploma legal qual o regime a que tais transferências devem obedecer.

Por outro lado, não tendo sido ainda aprovado pela Assembleia da República o Orçamento Geral do Estado para o corrente ano, condicionalismos se colocam à realização das necessárias despesas com a próxima actualização do recenseamento eleitoral, mormente quanto à efectivação da transferência de verbas para as autarquias locais.

Urge, pois, estabelecer providências legislativas que possibilitem aos organismos responsáveis pela planificação, coordenação e execução das operações do recenseamento eleitoral tomar, atempadamente, as medidas financeiras adequadas à realização tempestiva das tarefas que lhes estão cometidas.

Nestes termos:

O Governo decreta, nos termos da alínea a) do n.º 1 do artigo 201.º da Constituição, o seguinte:

Artigo 1.º Compete ao Ministério da Administração Interna proceder à efectivação da transferência de verbas a que se refere a alínea a) do n.º 1 do artigo 41.º da Lei 69/78, de 3 de Novembro, por conta da dotação adequada do orçamento do MAI/STAPE que, nos termos da legislação vigente, estiver em vigor à data do seu processamento.

Art. 2.º - 1 - A transferência a que alude o artigo anterior será processada a favor das câmaras municipais do continente e regiões autónomas e o montante a transferir para cada município, em relação a cada processo de recenseamento, será o que resultar da soma das parcelas a, b e c, sendo:

a = x, verba mínima por concelho;

b = y x número de eleitores inscritos no concelho;

c = z x número de freguesias do concelho.

2 - As constantes x, y e z serão determinadas por despacho do Ministro da Administração Interna sob proposta do director-geral do Secretariado Técnico dos Assuntos para o Processo Eleitoral, tendo em conta o respectivo orçamento anual e os dados a fornecer pelas câmaras municipais, nos termos do artigo 7.º Art. 3.º - 1 - O montante da verba a transferir para cada município será atribuído às freguesias do concelho, podendo, contudo,



as câmaras municipais reservar para si, para despesas próprias com as operações do recenseamento eleitoral, até 10% do referido montante.”

Posto isto, devo referir que fomos induzidos em erro uma vez que a verba contemplada em “Z”, no ofício que recebemos da SGMAI, não se refere ao número de freguesias por concelho mas sim ao valor a pagar a cada TAI (técnico de apoio informático) pelo trabalho efetuado no último ato eleitoral, nas várias secções de voto.

Resolução:

A Câmara, por unanimidade, deliberou revogar a deliberação de 24/07/2024 no que concerne à transferência por secção de voto e determinar aos serviços que procedam ao processamento dos pagamentos aos 7 técnicos de apoio informático, que desempenharam funções aquando da eleição dos deputados para o Parlamento Europeu, devendo cada um receber a quantia de € 305,75.

Processo 4029/2024. Proposta_regularização_titulares_contratos_água_saneamento	
Favorável	Tipo de votação: Unanimidade

Factos e fundamentos legais:

- 1 - As regras intrínsecas aos contratos de fornecimento de águas para abastecimento humano, águas residuais e resíduos sólidos urbanos;
 - 1.1 – A irregularidade reiterada dos contratos não estarem em nome dos reais titulares, aqueles que efetuam de facto os consumos;
 - 1.2 – A utilização ilegítima dos serviços de água e saneamento por parte de munícipes que não são detentores de contratos de fornecimento de água;
 - 1.3 – Proposta técnica para mitigar a questão e reduzir as celeumas em volta desta matéria.

Resolução:

A Câmara, por unanimidade deliberou:

- 1.º - Tornar público, por todos os meios ao serviço da autarquia, que entre 01 de dezembro e 31 de dezembro de 2024, deverão os reais consumidores dos contratos de fornecimento de água e de saneamento, quando se encontrem em situação abrangida pelo n.º 5 do art.º 53.º do Regulamento Municipal de Água, ou seja, estejam a consumir água, mas o titular do contrato seja um terceiro de forma irregular e não consentida, dirigir-se aos serviços municipais por forma a regularizar a situação, estando durante esse período de tempo dispensados do pagamento das taxas devidas por esse serviço;
- 2.º - Determinar ao serviço de água (leitura, cobrança e faturação) em função do seu especial conhecimento no terreno desta situação, que seja compilada uma lista de situações aqui enquadradas e seja dirigida uma missiva em correio simples aos consumidores de água que aqui se enquadrem, exortando-os a regularizar a situação;



3.º - Determinar aos mesmos serviços a criação de um canal de comunicação formal entre os trabalhadores afetos ao pagamento das taxas de inumação em resultado de óbitos de munícipes, no sentido de fazer chegar mensalmente uma listagem de óbitos registados, para que os serviços de água, no prazo máximo de 30 dias após o falecimento do titular do contrato de água, possam notificar formalmente os seus herdeiros para virem em 15 dias úteis regularizar a titularidade do contrato, sob pena de corte do serviço decorrido esse prazo;

4.º - Informar os munícipes mencionados em 1.º que a partir de 01 de janeiro de 2025, cessa o regime excecional de dispensa de taxas, e será dada ordem para efetuar o corte do fornecimento do serviço, aos munícipes que, exortados para regularizar a situação, optaram por ignorar a orientação;

5.º - A reposição do serviço mencionado em 4.º será sujeito ao pagamento prévio dos valores previstos em tabela de taxas;

6.º - Tomar conhecimento que a medida enunciada em 1.º tem um custo por processo na ordem dos € 13,62,

7.º - De igual modo, determinar ao serviço de água (leitura, cobrança e faturação) em função do seu especial conhecimento no terreno desta situação, que seja compilada uma lista de habitações com moradores a título permanente insertos em todos os aglomerados urbanos do concelho, que estejam a usufruir do serviço de águas residuais e de recolha de resíduos sólidos urbanos, sem serem titulares de contrato de fornecimento de água, que essa situação é irregular e deve ser celebrado o respetivo contrato ainda que com as adaptações devidas, sob pena da Câmara fazer uso de todos os mecanismos ao seu alcance para ser ressarcida dos prejuízos que decorrem dessa irregularidade e reservar-se o direito de interromper o serviço de receção e tratamento de águas residuais, bem como da recolha de resíduos sólidos urbanos, sendo o lixo deixado na rua sujeito às coimas previstas na lei

8.º - As situações enunciadas em 7.º serão aplicadas as regras, os métodos e os prazos enunciados em 1.º e 2.º, devendo os serviços competentes proceder em conformidade.

Processo 3892/2024. Atualização_prédios Municipais_rendas

Favorável

Tipo de votação: Unanimidade

Factos e fundamentos legais:

Incumbe ao Instituto Nacional de Estatística (INE) apurar este coeficiente de atualização, devendo o respetivo aviso ser publicado no Diário da República, até 30 de outubro de cada ano.

O coeficiente legal de atualização para 2025 foi fixado pelo Aviso n.º 23099/2024/2 e traduz-se num aumento de 2,16%



Em regra (Cfr. resulta do disposto no artigo 1077 do Código Civil), as partes podem livremente acordar no contrato de arrendamento as condições de atualização da renda.

Na falta de estipulação ou por acordo expresso das partes nesse sentido, a renda pode ser atualizada anualmente, de acordo com os coeficientes de atualização vigentes.

Conforme determinado legalmente (Cfr. estatuído no artigo 24.º da Lei n.º 6/2006, de 27 de fevereiro, que aprova o Novo Regime do Arrendamento Urbano (NRAU), bem como no número 5 do artigo 11.º do Decreto-Lei n.º 294/2009, de 13 de outubro, que aprova o Novo Regime do Arrendamento Rural (NRAR) 18 DE OUTUBRO DE 2024), o coeficiente de atualização anual de renda dos diversos tipos de arrendamento (urbano e rural) resulta da totalidade da variação do índice de preços no consumidor (IPC), sem habitação, correspondente aos últimos 12 meses e para os quais existam valores disponíveis à data de 31 de agosto.

A 18 de outubro de 2024, foi publicado, em Diário da República (Série II, Parte C), o Aviso n.º 23099/2024/2, nos termos do qual se estabelece que o coeficiente de atualização anual de renda dos diversos tipos de arrendamento para vigorar no ano de 2025, é de 1,0216.

Conclusão:

Coeficiente de Atualização Anual de Rendas para 2025

Em geral, na falta de estipulação ou por acordo expresso das partes nesse sentido, as rendas em 2025 poderão ser atualizadas, de acordo com o coeficiente legal de atualização agora fixado pelo Aviso n.º 23099/2024/2, o qual se traduz num aumento de 2,16%.

Este coeficiente representa uma diminuição significativa em relação ao do ano anterior, o qual implicou um aumento de 6,94% das rendas em 2024.

Nestes termos deverá o Sr. Presidente remeter o presente assunto para reunião de Câmara para que o órgão executivo decida sobre a atualização das rendas para o ano de 2025.

Resolução:

A Câmara, por unanimidade, deliberou proceder à atualização das rendas em 2025, de acordo com o coeficiente legal de atualização agora fixado pelo Aviso n.º 3099/2024/2, o qual se traduz num aumento de 2,16%.

Processo 3938/2024. Construção_Illegal_Rampa_Reposicao_legalidade	
Favorável	Tipo de votação: Unanimidade

Factos e fundamentos legais:

Construção na via pública de uma rampa em alvenaria de tijolo e cimento com as dimensões aproximada 1,12m de comprimento por 0,85m de largura por 0,34m de altura. Mais devo referir que sensivelmente há dois meses, atrás numa visita de rotina verifiquei



que na morada em causa estavam a decorrer obras de restauro e conservação numa arrecadação/garagem, abordado o marido da arguida que estava na obra o mesmo disse que tinha intenção de proceder à construção de uma rampa na via pública para facilitar o obstáculo arquitetónico de um degrau com aproximadamente 40cm de altura para assim poder guardar a sua mota na dita arrecadação/garagem. Foi por mim desde logo avisado que a rampa só poderia construir fazendo o rampeamento do piso da garagem que na via pública não poderia construir rampas em alvenaria apenas uma rampa amovível em madeira e ou em ferro e que sempre que não precisa-se da rampa a mesma teria que ser recolhida. Mais convidei o munícipe em causa a dirigir-se a este serviço para ver outras formas de licenciamento de uma rampa para melhor facilitar a sua mobilidade. Volvido este tempo constatei no passado dia 14 de novembro a construção da dita rampa. Avisei a arguida supra identificada para até hoje proceder à demolição da rampa facto que não aconteceu o que dá origem à presente Participação de Obras Ilegais para reposição da legalidade Urbanística.

Resolução:

A Câmara, por unanimidade, deliberou instaurar o devido processo de contraordenação e notificar o proprietário para, no prazo de 30 dias, proceder à reposição da legalidade urbanística.

Processo 4079/2024. Lotes do Parque Empresarial - situação a novembro 2024	
Favorável	Tipo de votação: Unanimidade

Factos e fundamentos legais:

1- A situação do Parque Empresarial de Cuba no final de novembro de 2024;

1.1 – Proposta de inversão das regras de pagamento em relação ao lote 29 da infraestrutura, cujo projeto continua por iniciar.

Resolução:

A Câmara, por unanimidade, deliberou:

1.º - Lotes 24, 25, 26 e 27: Registrar que continua por ser cumprida a deliberação de Câmara de 26/04/2023, sendo que a autarquia está a efetuar as diligências visando, com o apoio da GNR, notificar o promotor, e depois dessa notificação avançar com procedimento de injunção;

2.º - Lote 29: Registrar que por estarem ultrapassados todos os prazos, nomeadamente, apresentação pedido de comunicação prévia no prazo de seis meses a contar da data do contrato promessa, determina o seguinte:

. Opção A: Que o mesmo seja notificado para, comunicar-lhe que decorridos quase três anos sobre a manifestação de intenção de construção sem qualquer ação do promotor, a



Câmara delibera, para que se ateste o interesse e capacidade do mesmo em realizar o investimento, que este proceda ao pagamento integral do lote 29 a 5.00€/m² (cinco euros por metro quadrado), o que perfaz o montante de 6 925,60€ (seis mil novecentos e vinte e cinco euros e sessenta centimos), sendo que a este valor será retirado 0.25€ (vinte e cinco centimos), pagos pelo promotor aquando do contrato promessa. Assim, o valor total a depositar nos cofres da autarquia será de 6 925,35€ (seis mil novecentos e vinte e cinco euros e trinta e cinco centimos), para o qual dispõe no máximo de cinco dias de calendário após a notificação.

Após decorrido um ano de laboração, se vier a demonstrar-se que a empresa gerou vinte ou mais postos de trabalho, ou faturação acima de um milhão de euros anuais, o valor agora pago será devolvido ao empresário, com a exceção do 1€, estipulado.

Caso o pagamento não seja efetuado, dentro do prazo estipulado, deverá o lote reverter para o Município.

Processo	4088/2024.	Alienação_Prédio_Rua_João_Vaz_n.º(s)	51e53_ao_2.
ºClassificado			
Favorável	Tipo de votação: Unanimidade		

Factos e fundamentos legais:

1.º - Proposta de Alienação de Prédio Urbano, sito na Rua João Vaz, n.º s 51 e 53, em Cuba;

1.1.º - Necessidade de deliberação por parte da Câmara Municipal visando atribuir a adjudicação ao concorrente classificado em 2.º Lugar, em virtude de o candidato classificado em 1.º lugar não preencher os requisitos para a compra e, em consequência, não ter pago dentro do prazo estipulado os 10% previstos na deliberação de 13 de novembro de 2024.

Resolução:

A Câmara, por unanimidade, deliberou:

1.º - Registrar a desistência do concorrente classificado em 1.º lugar e a não consequente liquidação do valor dos 10% da proposta dentro dos prazos definidos, e após refletida ponderação sobre os argumentos apresentados, aceitar como válida a razão pela qual não ficará com o bem que lhe foi adjudicado;

2.º - Em função dos factos enunciados em 1.º, ao abrigo do art.º 33.º n.º 1 al. g) da Lei n.º 75 /2013, de 12 de setembro, na sua redação atual, determinar a alienação onerosa do prédio urbano, inscrito na matriz predial sob o artigo 2593, com uma área de 555m², sito na Rua João Vaz, nos 51 e 53 em Cuba, ao concorrente classificado em 2.º lugar, o Sr. José Inácio



Pinto do Rosário, pelo valor de 68.500€, devendo o contrato de compra e venda ser realizado até 15 de dezembro de 2024, existindo lugar à perda do sinal se o mesmo não for realizado até essa data por motivo não atendível imputável ao comprador;

3.º - Legitimar o presidente da Câmara a proceder à outorga do contrato de compra e venda, registando que cabe ao comprador assumir os encargos com a celebração do contrato que integra a elaboração do mesmo por técnico habilitado, respetivo registo na conservatória, bem como Imposto de Selo e Imposto Municipal Sobre Imóveis.

Processo 4081/2024. Informação económico-financeira	
Favorável	Tipo de votação: Por maioria
	A favor: 3, Contra: 0, Abstenções: 2, Ausentes: 0

Factos e fundamentos legais:

A modificação ao orçamento e às GOP'S, enquadra-se no enumerado no Dec.- Lei nº 192 /2015, " As alterações orçamentais constituem um instrumento de gestão orçamental que permite a adequação do orçamento à execução orçamental ocorrendo a despesas inadiáveis, não previsíveis ou insuficientemente dotadas, ou receitas imprevistas. As alterações orçamentais podem ser modificativas ou permutativas, assumindo a forma de inscrição ou reforço, anulação ou diminuição ou crédito especial".

Resolução:

Foi presente à Câmara o despacho do Sr. Presidente que aprovou a alteração.

A Câmara, por maioria, com a abstenção dos vereadores do PS, deliberou ratificar o despacho do Senhor Presidente da Câmara, a que autorizou a modificação nº 8 ao Orçamento e GOP's de 2024.

Processo 4011/2024. Licença especial de ruído	
Favorável	Tipo de votação: Unanimidade

Factos e fundamentos legais:

Solicita o GRUPO CORAL, licença especial de ruído para realização da Rota das Adegas, para 30/11/2024 17:00 - 01/12/2024 4:00; bem como a isenção do pagamento de taxas.

(1) Pedido de licença especial de ruído.

De acordo com o disposto no n.º 15.º Decreto-Lei n.º 9/2007, de 17 de Janeiro, na redação dada pelo Decreto-Lei 278/2007 de 01/08, o exercício de atividades ruidosas temporárias pode ser autorizado em casos excecionais e devidamente justificados, mediante emissão de licença especial de ruído concedida pelo município.

O presente pedido tem enquadramento no disposto no artigo 15.º do presente Decreto-Lei.

(2) Isenção do pagamento de taxas.

Refere o n.º 2 do art.º 5.º do Regulamento Municipal de Taxas e Preços da Câmara



Municipal de Cuba que, poderão estar isentos de taxas ou beneficiar de uma redução até 50%, mediante deliberação fundamentada da câmara, as associações recreativas, desde que legalmente constituídas pelas atividades que se destinem direta e indiretamente à realização dos seus fins estatutários.

O valor das taxas sobre o qual incide o pedido de isenção é de 19,87€.

Resolução:

A Câmara, por unanimidade, deliberou:

1. Emitir, a licença de ruído, de acordo com o disposto no n.º 15.º Decreto-Lei n.º 9/2007, de 17 de Janeiro, na redação dada pelo Decreto-Lei 278/2007 de 01/08, até às 4 horas.
2. Reduzir em 50% o valor da taxa associada à emissão da licença de ruído.

Processo 4080/2024. Utilização equipamentos desportivos	
Favorável	Tipo de votação: Unanimidade

Factos e fundamentos legais:

No âmbito das atividades da Universidade Sénior, vem o Município de Alvito requerer a possibilidade de que os seus cerca de 30 alunos possam usufruir de aulas de Hidroginástica, na Piscina Municipal de Cuba, a partir do mês de janeiro, todas as quartas feiras, entre as 10:00h e as 11:00h, atividade que será dinamizada por um Técnico Superior do Município de Alvito.

Sobre esta matéria, tinha já sido deliberado pela Câmara Municipal, na sua reunião de 23 de novembro de 2022, permitir aos alunos da Universidade Sénior de Alvito a utilização deste equipamento, mediante pagamento do acesso, de acordo com a tabela de taxas e preços do município, recorrendo nesse momento à colaboração de uma Técnica do Município de Cuba, que dinamizou as sessões.

Atualmente, no que se refere ao pagamento por parte destes alunos, consultando o Regulamento das Piscinas Municipais atualmente em vigor, verifica-se que *as taxas pelo ingresso e utilização das piscinas, nas suas diversas modalidades são as constantes da Tabela Municipal de Taxas e Licenças* (artº 6º). Esta tabela prevê, para 2024, os seguintes custos de acesso a este equipamento:

- €2,40: entrada individual;
- €37,65 para cartão de acesso com 15 utilizações;
- €47,15 para cartão de acesso com 30 utilizações.

Tendo em conta a proposta de resolução PR/2024/3458 de 26 de Novembro de 2024.

Resolução:

A Câmara, por unanimidade, deliberou:



1.º Disponibilizar a Piscina Municipal Coberta para que os cerca de 30 alunos da Universidade Sénior de Alvito possam usufruir de aulas de hidroginástica, que serão dinamizadas por um Técnico Superior do Município de Alvito, considerando que não existem compromissos já assumidos de utilização deste equipamento para o horário solicitado.

2.º Considerar que, de acordo com a Tabela Municipal de Taxas e Licenças, a utilização da Piscina Municipal Coberta tem um custo de €2,40 para uma entrada individual; € 37,65 para cartão de acesso com 15 utilizações e € 47,15 para cartão de acesso com 30 utilizações.

3.º Permitir que, caso seja essa a opção do grupo, os Cartões de acesso à Piscina Municipal que venham a ser adquiridos, possam ter uma utilização conjunta por parte do grupo de alunos e que, caso seja necessário, possam ser utilizados após os 180 dias de validade previstos.

Processo 3956/2024. Dívida Água - Reformulação_Plano	
Favorável	Tipo de votação: Unanimidade

Factos e fundamentos legais:

Solicita a requerente, a possibilidade de poder retomar o pagamento do plano que tem aprovado, comprometendo-se a liquidar o mais antigo e a pagar 3 prestações do mais recente, dado que, de momento, não tem condições para efetuar o pagamento na totalidade.

Prevê o art.º 196 do CPPT (DL n.º 433/99, de 26 de outubro), na sua versão atualizada que:

Artigo 196.º - Pagamento em prestações e outras medidas

(...)

4 - O pagamento em prestações pode ser autorizado desde que se verifique que o executado, pela sua situação económica, não pode solver a dívida de uma só vez, não devendo o número das prestações em caso algum exceder 36 e o valor de qualquer delas ser inferior a 1 unidade de conta no momento da autorização.

Artigo 197.º - Entidade competente para autorizar as prestações

1 - A competência para autorização de pagamento em prestações é do órgão da execução fiscal.

Resolução:

A Câmara, por unanimidade, deliberou atender a pretensão da requerente possibilitando o pagamento faseado, conforme simulação anexa, alertando para o facto de que o



incumprimento no pagamento de uma dessas prestações pressupõe a liquidação de todas as outras.

Processo 4086/2024. Contratos de águas	
Favorável	Tipo de votação: Unanimidade

Factos e fundamentos legais:

Tendo por base a informação prestada pelos serviços de Ação Social, propõe-se que a Câmara considere a possibilidade de suspender ou anular o contrato de abastecimento de água da Sra. Jacinta Batista, consumidora na rua dos Prazeres n.º 33, em Cuba, uma vez que não existe consumo e dificilmente a senhora regressará ao domicílio.

Mais se propõe que o procedimento seja isento do pagamento de qualquer taxa.

Resolução:

A Câmara, por unanimidade, atendendo à situação exposta deliberou dar baixa do contrato sem a cobrança de qualquer taxa.

Processo 4059/2024. Pagamento de dívida em prestações	
Favorável	Tipo de votação: Unanimidade

Factos e fundamentos legais:

Solicita o requerente, que lhe seja permitido o pagamento fraccionado da dívida referente ao consumo de água que se encontra em dívida e em processo de execução fiscal, em 12 prestações mensais, dado que, de momento, não tem condições para efetuar o pagamento na totalidade.

Prevê o art.º 196 do CPPT (DL n.º 433/99, de 26 de outubro), na sua versão atualizada que:

Artigo 196.º - Pagamento em prestações e outras medidas

(...)

4 - O pagamento em prestações pode ser autorizado desde que se verifique que o executado, pela sua situação económica, não pode solver a dívida de uma só vez, não devendo o número das prestações em caso algum exceder 36 e o valor de qualquer delas ser inferior a 1 unidade de conta no momento da autorização.

Artigo 197.º - Entidade competente para autorizar as prestações

1 - A competência para autorização de pagamento em prestações é do órgão da execução fiscal.



Resolução:

A Câmara, por unanimidade, com base no disposto no art.º 196.º do CPPT (DL n.º 433/99, de 26 de outubro), na sua versão atualizada, deliberou atender a pretensão da requerente possibilitando o pagamento faseado, alertando para o facto de que o incumprimento no pagamento de uma dessas prestações pressupõe a liquidação de todas as outras.

D) Período de intervenção e esclarecimento ao público

Sem assuntos

Aprovação da ata:

Em conformidade com o art.º 57 da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, para constar lavrou-se a presente ata que foi aprovada, em minuta, por unanimidade, depois de lida em voz alta na presença dos membros da Câmara, que a rubricaram.

Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente deu por encerrada a reunião pelas 12:45.

E eu, José Francisco Ribeiro Roque, Coordenador Técnico, redigi a presente ata, que assino com o Senhor Presidente.

DOCUMENTO ASSINADO ELETRONICAMENTE

